

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 118/XVI/1ª

REFORÇAR O INSTITUTO NACIONAL DE EMERGÊNCIA MÉDICA E A RESPOSTA NACIONAL EM EMERGÊNCIA PRÉ-HOSPITALAR

São públicas e notórias as dificuldades de resposta por parte do Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM), nomeadamente a demora na ativação de meios e na prestação de auxílio. Foram os próprios trabalhadores deste Instituto, através de um dos sindicatos seus representativos, a denunciar situações de demora de quase uma hora. Estas dificuldades têm causas, que não sendo novas, não têm sido combatidas pelo Governo. Pelo contrário, têm sido agravadas.

Como consta do Plano de Atividades do INEM para 2023: “a 31 de dezembro de 2022, o INEM contava com 1355 postos de trabalho ocupados dos 1927 previstos e aprovados no mapa de Pessoal. Estes números representam um défice atual de 30% (572 postos de trabalho vagos)”.

Olhando para a tabela que acompanha o Plano de Atividades do Instituto para 2023, podemos concluir que, em 2022, o maior défice de profissionais acontecia nos grupos de profissionais de Técnicos de Emergência Pré-Hospitalar (-398), médicos assistente graduado e assistente graduado sénior (-24), técnicos superiores (-29), psicólogos (-13), técnicos de backoffice (-31), enfermeiros especialistas (-35), entre muitos outros. Ou seja, faltam muitos trabalhadores ao INEM, uma situação que até tem vindo a piorar, em vez de melhorar.

Cargo / Carreira / Categoria	2021			2022		2023	Desvio ** 2023/2022
	N.º PT Previstos	Ocupados	Desvio	N.º PT Previstos	Ocupados	Proposta	
Presidente	1	1	0	1	1	1	= 0
Vogal	1	1	0	1	1	1	= 0
Dirigente 1º Grau - Diretor Regional/Departamento	7	4	-3	7	4	7	= 0
Dirigente 2º Grau - Coordenador Gabinete	15	12	-3	15	12	15	= 0
Médico – Assistente Graduado Sênior	4	1	-3	6	1	6	= 0
Médico – Assistente/Assistente Graduado	38	12	-30	43	24	43	= 0
Enfermeiro com funções de Direção	0	0	0	1	0	1	= 0
Enfermeiro Gestor	20	0	-20	15	0	15	= 0
Enfermeiro Especialista	54	21	-33	56	21	56	= 0
Enfermeiro	142	165	23	152	162	161	+ 9
Farmacêutico/ Técnico Superior Saúde	2	0	-2	2	0	2	= 0
Técnico Superior + Técnico Superior Médico	88	53	-36	98	69	106	+ 8
Técnico Superior - Psicólogo	28	20	-7	33	20	33	= 0
Especialista em Informática	5	3	-2	5	3	6	+ 1
Técnico de Informática	10	6	-4	12	7	12	= 0
Coordenador Técnico	8	4	-2	10	3	11	+ 1
Assistente Técnico (back office)	97	63	-36	103	72	113	+ 10
Assistente Técnico (c/ funções CODU) *	34	14	-21	13	12	13	= 0
Assistente/Encarregado Operacional	9	5	-4	7	7	7	= 0
Coordenador Geral TEPH	4	3	0	4	4	4	= 0
Coordenador Operacional TEPH	23	21	0	32	19	32	= 0
Técnico de Emergência Pré-Hospitalar (TEPH)	1 318	933	-341	1 311	913	1 311	= 0
TOTAL	1 908	1 342	-566	1 927	1 355	1 956	+ 29

Por exemplo, e segundo os Planos de Atividade do próprio INEM, a 31 de dezembro de 2018, o défice de trabalhadores era de 22% (-376); em junho de 2020 era de 25% (-468); no final desse ano era já de 28% (-524), no final de 2021 subiu para 30% (-566), percentagem que se manteve em 2022, mas registando-se mais profissionais em falta (-572).

Um défice tão grande de profissionais só pode criar degradação e rutura nos serviços. Efetivamente é isso que tem acontecido. Segundo o Relatório de Atividade dos Meios de Emergência Médica:

Em 2021 registou-se 17% de inoperacionalidade nas Ambulâncias de Emergência Médica (AEM), sendo que 10% da inoperacionalidade registada ficou a dever-se a falta de tripulação. Nesse ano a operacionalidade das Viatura Médica de Emergência e Reanimação também desceu.

Quadro 13. Operacionalidade das AEM

TAXAS	2019	2020	2021
OPERACIONALIDADE	90,00%	77,03%	83,24%
INOPERACIONALIDADE	10,00%	22,97%	16,76%
FALTA DE TRIPULAÇÃO	6,97%	16,33%	10,32%
OUTROS MOTIVOS [1]	3,03%	6,64%	6,44%

[1] Os outros motivos (avarias) prendem-se com o tempo estritamente necessário para a deslocação imediata até ao Hospital de uma viatura de substituição.

Fonte: INEM/GPCG

De forma mais fina, e tendo em conta os números divulgados pelo Sindicato dos Técnicos de Emergência Pré-Hospitalar, há regiões onde a inoperacionalidade de ambulâncias atinge (ou ultrapassa) os 70%, casos da AEM Faro, a AEM Quarteira 2, a AEM Braga 2 ou várias AEM em Lisboa.

A enorme falta de profissionais no INEM impede ainda o cumprimento dos planos de investimento que, em muitos casos, são também o cumprimento da lei sobre existência e localização de ambulâncias e serviços de emergência pré-hospitalar. Segundo o Relatório Anual de Gestão e Atividades de 2022:

“Em 2022 o INEM previa a implementação e integração em SUB cinco (5) novas Ambulâncias SIV (Algueirão Mem-Martins, Macedo de Cavaleiros, Montemor-o-Novo, S. João da Madeira e Montijo). No entanto, não foi possível a sua concretização, pelos motivos já conhecidos, nomeadamente défice de recursos humanos, principalmente TEPH, indisponibilidade de ambulâncias e condições criadas nos SUB para a integração destes meios.

Das dez (10) Ambulâncias de Emergência Médica (AEM), e Cinco (5) Motociclos de Emergência Médica (MEM), também por falta de viaturas/motociclos e TEPH, o plano teve de ser adiado para 2023.”

À situação de clara falta de profissionais no INEM somam-se muitos outros problemas, desde logo a falta de atratividade da carreira de Técnico de Emergência Pré-Hospitalar, o que faz com que, por exemplo, os concursos para contratação fiquem desertos. Os últimos concursos têm tido pouca procura, com a maior parte das vagas por preencher e com muitas desistências posteriores. Exemplo disso é o concurso de 2022 que teve apenas 30% das vagas preenchidas. Na prática, os trabalhadores que estão a entrar não chegam sequer

para suprir as saídas, o que faz com que se agrave a carência de trabalhadores no INEM e a inoperacionalidade de meios.

A falta de atratividade destes concursos prende-se, desde logo, com a baixíssima remuneração que é auferida pelos Técnicos de Emergência Pré-Hospitalar e pela exigência física e psicológica deste tipo de trabalho. Esta carreira deve ser revista e melhorada, sob pena de se continuar uma espiral de perda de profissionais e de degradação do serviço do INEM com cada vez mais meios inoperacionais por falta de trabalhadores.

Mas não é só no grupo profissional de TEPH que são necessárias mudanças na forma como se lida com os trabalhadores do INEM. Por exemplo, o facto de não ter sido aberta nenhuma vaga para progressão de enfermeiros certamente que não valoriza nem motiva estes e outros profissionais. A progressão de carreira deve ser uma realidade para todos os profissionais deste instituto e quem está em condições de progredir deve conseguir fazê-lo.

Para além da melhoria de carreiras e do lançamento de concurso para colmatar o enorme défice de profissionais é preciso garantir carreira e formação aos parceiros da emergência pré-hospitalar. Tem de se reconhecer que a maior parte do socorro não é feito pelo INEM diretamente, mas sim por Postos de Emergência Médica localizados, na maior parte das vezes, em corporações de bombeiros.

É, no entender do Bloco de Esquerda, que estas respostas sejam equiparadas àquela que é dada pelos meios e profissionais próprios do INEM, seja a nível de carreira e remuneração, seja a nível de formação.

A Ministra da Saúde, Ana Paula Martins, em recente deslocação ao Algarve, confrontada com a enorme carência de profissionais no INEM e com as altas taxas de inoperacionalidade das ambulâncias naquela região não foi capaz de assumir nenhum compromisso claro para a resolução dos problemas.

Disse a Ministra que “há um pedido feito de pelo menos 200 técnicos” e, sobre este ponto em concreto, disse ainda “temos de ver como é que conseguimos, dentro dos mapas de recursos humanos que temos dentro do Ministério da Saúde, suprir estas carências”.

Estas declarações falham em três aspetos.

O primeiro, não são 200 os trabalhadores em falta no INEM. São quase 600! Esse é o desvio entre o número de postos de trabalhos previstos nos documentos de gestão do INEM e o número efetivo de profissionais. O défice de 572 profissionais das várias categorias profissionais não se resolverá com um pedido de 200.

O segundo, essas carências não são supridas com os mapas de recursos humanos existentes dentro do Ministério da Saúde. São resolvidas com contratação de novos profissionais. Resolvem-se com o lançamento de concursos para que o INEM possa contratar TEPH, enfermeiros, psicólogos, médicos e todos os outros profissionais em falta. Resolvem-se ao abrir concursos para os 572 postos de trabalho previstos e não ocupados.

O terceiro: em momento algum a Ministra fala da melhoria de carreiras e de salários dos profissionais do INEM, em particular dos TEPH. Não vale a pena iludir-se. Sem isso não será possível contratar e fixar profissionais no INEM porque com salários que são próximos do salário mínimo nacional, os concursos continuarão a ficar com a maior parte das vagas desertas.

Para efetivamente resolver os problemas do INEM é preciso contratar e melhorar carreiras e salários. Esse é o intuito da presente iniciativa legislativa. Com o objetivo de promover melhorias consideráveis na emergência médica pré-hospitalar em todo o território nacional, o Bloco de Esquerda propõe: 1) a abertura de concursos para contratação com vagas em número suficiente para colmatar o défice de profissionais existente no INEM; 2) a revisão da carreira TEPH, com objetivo de melhoria do seu índice remuneratório e das suas condições de trabalho; 3) abertura de vagas para progressão em carreira em número suficiente para que todos os profissionais do INEM em condições de progredir o possam fazer; 4) equiparar, em termos de carreira, remuneração e formação os trabalhadores que fazem socorro pré-hospitalar através de Postos de Emergência Pré-Hospitalar com os trabalhadores do INEM.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que:

1. Abra concursos para contratação para o INEM, no prazo máximo de 90 dias, de forma a preencher todos os postos de trabalho previstos no mapa de pessoal e que não se encontrem ocupados;
2. Reveja a carreira de Técnico de Emergência Pré-Hospitalar, em concreto os seus índices remuneratórios e as condições de trabalho, depois de negociação e acordo com as estruturas representativas destes trabalhadores;
3. Inclua nas carreiras de todos os profissionais do INEM aspetos como o estatuto de risco e penosidade e possibilidade de dedicação exclusiva, com os consequentes incentivos associados;
4. Abra concursos para progressão de carreira no INEM, de forma que todos os trabalhadores elegíveis o possam fazer;
5. Equiparar carreiras e remunerações dos trabalhadores que garantem o socorro pré-hospitalar através de Postos de Emergência Médica, aumentando também na sua formação.

Assembleia da República, 23 de maio de 2024.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,

Marisa Matias; Fabian Figueiredo; Joana Mortágua; José Soeiro; Mariana Mortágua